

Futuros Poupatempos preparam funcionários

Funcionários dos futuros Poupatempos de Bragança Paulista e de Avaré já receberam treinamento e a previsão da Secretaria Estadual da Gestão Pública, responsável pelo serviço, é que as novas unidades entrem em funcionamento até o fim do ano. A iniciativa vai capacitá-los para que trabalhem de acordo com o padrão dos outros 43 postos.

O Poupatempo Avaré será instalado na Avenida Major Rangel 1.800, na região central da cidade. O posto de Bragança Paulista situa-se na Avenida Doutor Plínio Salgado, 5.813, no bairro Cruzeiro. As duas unidades terão 42 funcionários e vão prestar serviços de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, e aos sábados, das 8 às 12 horas.

Novos leitos para tratar dependência química

O Hospital Santa Tereza, em Ribeirão Preto, unidade da Secretaria da Saúde, oferecerá 12 novos leitos exclusivos para tratamento gratuito de dependentes químicos (especialmente de crack) destinados a mulheres com mais de 16 anos. As vagas serão custeadas integralmente pelo Estado e devem estar disponíveis em junho. Durante o tratamento, as pacientes serão atendidas em grupos e individualmente por equipes multiprofissionais (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, enfermeira e psiquiatra). Também haverá a realização de grupos operativos, psicoeducacional e de atendimento familiar.

No total, o número de leitos no Santa Tereza deve chegar a 40, com previsão de entrega até dezembro. Foram investidos R\$ 1,5 milhão na reforma e readequação do espaço físico de um dos blocos do hospital e mais R\$ 640 mil na compra de equipamentos, totalizando R\$ 2,1 milhões. O custeio desses leitos também será responsabilidade exclusiva da administração estadual.

Plâncton marinho revelado no Instituto Oceanográfico

Os amantes dos oceanos têm a oportunidade de conhecer um pouco mais do plâncton marinho na exposição *TARA-Oceans: Um panorama do plâncton marinho mundial*, em cartaz no Instituto Oceanográfico (IO) da USP até 30 de julho. Realizada pelo próprio IO, em parceria com o Consulado-Geral da França em São Paulo, a mostra é composta por um conjunto de fotografias em alta definição do plâncton marinho, em mais de 30 painéis. As imagens foram feitas por uma das equipes de profissionais que integraram as expedições TARA, formada por pesquisadores coordenados por Emmanuel G. Reynaud, da School of Biology & Environmental Science of University College Dublin, da Irlanda.

A mostra tem ainda um conjunto de imagens de corais, o qual foi exposto em vários países. No IO, estará no Museu Oceanográfico e no prédio didático (Praça do Oceanográfico, 191, Cidade Universitária, Butantã). O horário de visitação é das 9 às 17 horas (de segunda a sexta-feira) e das 10 às 14 horas (no fim de semana). Mais informações pelo telefone (011) 3091-6587.

Transparência e cidadania

Criado no dia 8 de maio, por meio do Decreto nº 60.428, o Código de Ética da Administração Pública Estadual passou a ser guia de referência e de conduta obrigatória para todo o funcionalismo paulista. Com 15 artigos, o texto do ordenamento foi concebido de modo a privilegiar o interesse público e o bem comum e, também, prevenir corrupção e conflitos de interesses, valorizando e estimulando práticas corretas.

De adoção obrigatória, o Código de Ética do funcionalismo estadual está disponível on-line; ele privilegia o interesse público e o bem comum

O Código pode ser consultado na internet, no *link* do site da Corregedoria-Geral da Administração – CGA (*ver serviço*). Até o fim do ano, a CGA deverá lançar a versão impressa do documento. De acordo com o decreto, o texto completo deve estar, obrigatoriamente, disponível para leitura em local visível e de fácil acesso ao público, em todos os órgãos e entidades estaduais – fundações, autarquias, empresas de economia mista, etc.

O presidente da CGA, Gustavo Ungaro, explica que o Código de Ética cumpre determinações previstas no Decreto nº 57.500/2011. Ele dá continuidade, no Estado de São Paulo, ao trabalho iniciado em 1999, com a publicação da Lei nº 10.294, de Defesa do Usuário de Serviços Públicos. Elaborada na década passada por juristas, essa legislação tem como base três diretrizes básicas: acesso à informação estatal; qualidade do serviço público; e controle do serviço público. Ela previa também, na época, a instalação das ouvidorias e das comissões de ética, desde então em funcionamento nos órgãos estaduais.

Comissão permanente – O Decreto nº 60.428 formalizou, igualmente, a Comissão Geral de Ética do Estado, grupo composto por cinco representantes titulares e dois suplentes. O trabalho dos participantes não é remunerado e os mandatos são de três anos, sendo admitida recondução por



igual período. O perfil dos indicados para o cargo é formado, na maioria, por juristas, desembargadores, pesquisadores e nenhum deles mantém vínculo formal com o Governo paulista.

A Comissão Geral tem competência para instaurar procedimento de apuração de violação do Código, além de sugerir resoluções em matéria de ética pública, fazer recomendações aos agentes e órgãos públicos, requisitar informações e colher depoimentos. E ainda atender a situações inéditas ou não previstas pela legislação.

A atuação da Comissão é autônoma e tem caráter deliberativo, sem, contudo, interferir em eventuais processos administrativos, motivados por denúncias sobre ações indevidas envolvendo servidores. O trabalho de apuração da CGA e das ouvidorias prossegue normalmente, assim como os processos disciplinares também continuam sendo respondidos no próprio órgão; e se houver desdobramento punitivo será encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Em média, a periodicidade dos encontros da Comissão é mensal, mas em 2013 o grupo se reuniu 19 vezes para pesquisar e trabalhar na formulação do Código recém-publicado. As atas das reuniões são assinadas por todos os conselheiros e ficam disponíveis na CGA. O grupo atual é formado pelos titulares Flávio Bierrenbach, Kazuo Watanabe, Odete Medauar, José Geraldo

Brito Filomeno e Eduardo Muylaert; os suplentes são Leopoldo Pagotto e Luiz Fernando Amaral.

Difusão da ética – Eleito presidente da Comissão pelos demais representantes, Flávio Bierrenbach destaca algumas características do Código. “Pesquisamos diversas legislações estrangeiras e formulamos um texto atual, que atende aos pedidos da sociedade por mais transparência e qualidade nos serviços públicos. O cidadão tem o direito de ser bem atendido, com eficiência, atenção, urbanidade, educação e respeito”, observou.

Bierrenbach também classifica o texto do Código como ‘conciso’ e destaca o fato de a redação não usar a palavra ‘posse’. A medida, para ele, sinaliza uma mudança de cultura e de combate ao *patrimonialismo*. Outra novidade é reincorporar na pauta jurídica e política a expressão jurídica “bem comum”, que estava em desuso e refere-se a uma propriedade material e imaterial da sociedade.

Rogério Mascia Silveira
Imprensa Oficial – Conteúdo Editorial

SERVIÇO

Código de Ética da Administração Pública – <http://goo.gl/jixTli>
Corregedoria-Geral da Administração – www.corregedoria.sp.gov.br
Telefone (11) 3218-5473

Desaparecimento de crianças e adolescentes em debate

Encerra-se hoje (28) o prazo de inscrição para quem quiser participar do seminário *Desaparecimento de Crianças e Adolescentes no Contexto de Grandes Eventos*, previsto para segunda-feira, 2 de junho, das 9 horas às 12h30. Promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, o evento vai debater ações de prevenção, sensibilização e esclarecimento sobre o tema. Cerca de 40 mil crianças e adolescentes desaparecem por ano no Brasil e, em período de grandes eventos, como a Copa do Mundo de Futebol, esse número pode aumentar.

A primeira palestra do seminário ficará a cargo de Claudia Fígaro Garcia, doutora em Ciências pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). A profissional é responsável pela equipe de psicólogos que atendem famílias de crianças e adolescentes desaparecidos do Projeto Caminho de Volta, da Faculdade de Medicina da USP.

A delegada de polícia titular da 4ª Delegacia de Investigação sobre Pessoa Desaparecida, Maria Helena do Nascimento, discorrerá sobre ações de prevenção no âmbito da Polícia Civil do Estado. Falará também Kátia Mello Dantas, diretora de Políticas

Públicas para a América Latina e Caribe do International Centre for Missing and Exploited Children. O seminário será realizado no auditório da Fundap, na Rua Alves Guimarães, 429 – 5º andar – Pinheiros – Capital.

Imprensa Oficial – Conteúdo Editorial
Assessoria de Imprensa da Secretaria de Desenvolvimento Social

SERVIÇO

As inscrições devem ser feitas hoje (28) pelo telefone (11) 3066-5500, pelo e-mail caf@fundap.sp.gov.br ou no <http://edesp.sp.gov.br/inscricao/1107>